

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO CEARÁ: DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS E EDUCATIVAS¹

David da Silva – Unilab/CE²
Ivan Costa Lima – Unilab/CE³

Resumo

O estudo investiga os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titulação tendo em vista o reconhecimento de sua existência por todo o país. Políticas que nos levam a problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas e suas relações com a sociedade hegemônica, a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais. Pretende-se ampliar as formas como a vida quilombola se articula na defesa de seu território, modos de vida como subsídio às políticas públicas voltadas para esta população, em especial a educação quilombola. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante e da história oral para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através da utilização do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades. O quadro teórico utiliza-se de bases sociológicas e antropológicas como Castells, Leite, Gohn, Nascimento e Munanga que situam o desafio da identidade quilombola. Esperamos construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave: Territorialidade quilombola; Povos tradicionais; negros no Ceará; Educação escolar quilombola.

Introdução

O debate sobre as comunidades quilombolas constitui parte da trajetória acadêmica no Bacharelado em Humanidades, como pesquisador do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic)⁴ e, sua ampliação, como trabalho de conclusão de curso de graduação de Sociologia, dentro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

¹ Artigo apresentado no VI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA “ENSINO DE SOCIOLOGIA COMO CONQUISTA: DEZ ANOS DE RESISTÊNCIAS”, de 6 a 8 DE JULHO, 2019 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). No GT11 - Relações afroindígenas e o ensino de ciências sociais no Brasil. Link: <https://www.eneseb2019.sinteseeventos.com.br/interna/view>.

² Estudante do curso de Sociologia - Unilab/CE. Bacharel em Humanidades/IH. Bolsista PIBIC/UNILAB. E-mail: davsilva28@gmail.com.

³ Doutor em Educação (UFC). Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)/Ceará. Curso de pedagogia e bacharelado em Humanidades/Instituto de Humanidades (IH). E-mail: dofonosc@gmail.com

⁴ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, Pibic-Unilab/CNPq (Edital PROPPG 03-2017), vinculado ao Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, vinculado a linha de pesquisa “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios, religiosidades e intelectualidades”, credenciado junto ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Brasileira (Unilab), no estado do Ceará. Esta universidade de caráter federal tem como missão institucional formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos e o Timor Leste.

Neste sentido, nos últimos anos no Brasil, a partir de direitos conquistados com o advento da Constituição de 1988⁵, as comunidades quilombolas têm reivindicado o reconhecimento de sua forma tradicional de viver em seus territórios. Tais comunidades buscam o cumprimento do preceito legal, que determina que aquelas comunidades que estejam ocupando suas terras, cabe ao Estado a propriedade definitiva dos seus territórios.

No entanto, apenas no século XXI é que se tem evidenciado políticas públicas cujo efeito caminha, de forma tímida, para a efetivação desse direito, buscando-se cumprir a demarcação propugnada pela legislação, no entanto, muito poucos processos pelo Brasil chegam a essa fase final. Muito em função das dificuldades políticas e sociais que as comunidades quilombolas enfrentam na manutenção de sua identidade e defesa de seus modos de vida.

No estado do Ceará não é diferente, temos no decorrer dos últimos dois anos acompanhado as lutas destas comunidades na região, como integrante do Conselho de Igualdade Racial do Ceará (CEPPIR)⁶, e como apoiador de comunidades na luta por reconhecimento social e cultural.

Assim, busca-se discutir no âmbito educacional elementos que ampliem a visibilidade destas comunidades, levando-se em conta suas formas de viver e agir como descendentes de africanos no Brasil, traduzidos pela legislação federal que vai da demarcação à educação diferenciada nas comunidades.

O objetivo geral é investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titularização, tendo em vista o número ainda limitado de pesquisas desenvolvidas na região. Assim, é necessário problematizar a situação da população negra na região, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais (NASCIMENTO, 2013), identificados por povos de terreiros, indígenas, ciganos e quilombolas.

A problemática gira em torno do questionamento de como se expressam a dinâmica social e cultural das comunidades quilombolas no Ceará: Que elementos históricos, sociais

⁵ Conforme se lê no Ato das Disposições Transitórias, art. 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

⁶ O mandato como conselheiro deu-se no período de 2016 a 2018 como representante de instituição de ensino superior.

e culturais reafirmam suas identidades quilombolas em seus territórios, suas lutas socioambientais e como esses elementos contribuem para a Educação brasileira?

Assim, considera-se as fontes orais como importantes contribuições na produção acadêmica (ALBERTI, FERNANDES e FERREIRA, 2000). Pois, discute-se que as fontes da história não se resumem apenas aos documentos escritos, mas também ao estudo do cotidiano, na história contada, na história oral que dá autenticidade à história do presente.

Articulado a esta matriz inicial se desenvolve outros referenciais metodológicos para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente, a pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares, como tentativa de avançar a partir da ciência (BRANDÃO, 1999, p. 10).

Desta forma, articula-se como procedimentos a realização de diferentes modalidades para a pesquisa científica, como entrevistas semiestruturadas, para compreender as formas como os quilombolas lidam com a história e a cultura negra.

Para alcançar os objetivos encaminhamos atividades como: Revisão e constituição de acervo bibliográfico, contando com livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema encontrados na Unilab, Universidade do Estado do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), evidenciando os estudos sobre as comunidades quilombolas no Ceará. Em especial localizou-se trabalhos acadêmicos nas áreas de educação, história, serviço social, sociologia e antropologia, como sendo de maior incidência. Esses trabalhos apontam a dimensão histórica, cultural e de lutas travadas por estas comunidades, indicando-se a educação quilombola como um dos desafios de implementação no estado. Acompanhou-se algumas atividades empreendidas pelo Conselho de Igualdade Racial do Estado do Ceará (Ceppir), que conta em sua composição de representantes de comunidades quilombolas, anotando-se representantes da região de Fortaleza, Caucaia e Juazeiro do Norte.

Bases teóricas para a compreensão das comunidades quilombolas

Para ampliar o debate sobre as comunidades quilombolas trazemos algumas reflexões de base sociológica e educativas, que contribuem para a compreensão deste fenômeno social no Brasil.

Sabe-se que o modelo de concentração de terras implantados historicamente em nosso país pelas classes dominante resultou na concentração de terras e a ausência de uma reforma agrária, durante séculos como resultado do modelo capitalismo aqui instalado. Por outro lado, a permanência do sistema escravocrata ao longo de nossa história evidenciou a

importância da resistência no campo e ocupação de territórios como forma de se contrapor a este sistema.

Conforme pontua Fiabani (2017, p. 23) “o quilombo antigo foi consagrado pela historiografia como fenômeno histórico/sociológico do trabalhador escravizado que rompeu com a escravidão e formou uma comunidade livre [...]”, que no decorrer do tempo se consolidou em comunidades negras rurais e urbanas.

O antropólogo Kabengele Munanga (1995-1996, p. 01) argumenta que os quilombos já se faziam presente no continente africano: “O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo) [...]”, sendo, portanto, trazidos por escravizados para o Brasil.

Com o isso Abdias do Nascimento (2002, p. 05) considerado como um dos maiores expoentes da cultura negra, reintroduz esta dimensão formulando uma proposta política para o povo negro: “O quilombismo propõe esse legado como referência básica de uma proposta de mobilização política da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural”.

Estas experiências de luta são sinalizadas na obra de Gohn (2015, p.13) como integrantes das mobilizações populares ao longo da história brasileira: “As lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Eles são como as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou da reposição/conservação do velho”, a exemplo do quilombo de Palmares.

Outro debate importante é realizado por Leite (1996, p. 40), que aponta haver um silenciamento da população negra, para a autora “*na literatura científica o negro é invisibilizado*, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de um suposta inexpressividade”, assim as comunidades quilombolas muito recentemente tornam-se temas de pesquisa.

Contudo, ao longo da nossa história, registraram-se vários eventos que delinearão a luta da população negra presente na construção de alternativas de resistência econômica, política e cultural, como é o caso das lutas quilombolas (CUNHA, 2011). Também se incluem iniciativas no campo da educação, como por exemplo, as proposições pedagógicas do movimento negro, como interétnicas ou multirraciais, cujo foco tem sido o combate ao racismo na educação (LIMA, 2017, 2009).

No mundo da política, tem-se assunção do estatuto da igualdade racial, cotas e a obrigatoriedade de estudos sobre história e cultura africana e afro-brasileira como políticas públicas destinadas a esta categoria, e da organização que se faz necessária à população negra como um todo.

Na educação, em 2008, com objetivo de se estabelecer metas e responsabilidades para a implementação das Diretrizes, aprovou-se o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais, resultado de fóruns regionais de discussão e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Entre as ações principais definidas ao ensino superior, destaca-se a adoção de políticas de ação afirmativa, a inclusão de conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente articuladas à pesquisa e à extensão de acordo com as características das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2008, p. 54). Em síntese, atribui-se às universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior.

Importante anotar sobre o tema, o lançamento do livro “Afroceará quilombola (2017)” que consta de uma coletânea escrita por pesquisadores(as) que desenvolvem trabalhos acadêmicos e de vivências junto as comunidades quilombolas. Observa-se, na obra que grande parte dos autores(as) são oriundos de algumas comunidades, dando a obra uma articulação entre a pesquisa desde dentro, abordagem metodológica produzidas por pesquisas dentro da UFC. Isto, significa, um universo de reflexões onde as comunidades quilombolas são consideradas também como pesquisadores(as), trazendo suas preocupações em torno de temas como a cultura e a educação.

Como se verifica, o trajeto de constituição da pesquisa pode ser um elemento significativo para ampliar a visibilidade e o auto reconhecimento das lutas travadas pelos quilombolas no estado do Ceará.

Quilombos no Ceará: abordagens teóricas, políticas e educacionais

A compreensão histórica dos quilombos no Ceará, no dizer de Dantas (2011) é algo que, além de compor uma parcela da dívida histórica com africanos e afrodescendentes, também nos remete a conhecer melhor a história da formação e construção deste estado, reconhecendo identidades ainda subjugadas nos livros escolares.

Compreende-se haver nas comunidades quilombolas uma afirmação suas identidades e ligação com as matrizes africanas no Brasil (CUNHA JUNIOR, et. Al, 2006), e é nesse sentido, que podemos entender que ao longo da história de formação da sociedade brasileira ocorreu a tentativa de submissão destas comunidades em relações de extrema desigualdade de poder/saber/dominação.

Isso significa, problematizar o modelo de desenvolvimento dominante que causa impactos sistemáticos nas comunidades e povos tradicionais, causando o que se tem chamado de racismo ambiental (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 23). Expressão utilizada primeiramente nos Estados Unidos por Benjamim Chavis, tendo como significado a “[...] discriminação racial na escolha deliberada de comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras”, trazendo conflitos que impactam a sobrevivência das comunidades tradicionais.

Assim, nesse debate interessa ressaltar, conforme aponta Nascimento (2013, p. 18), que nas comunidades quilombolas, além do questionamento das formas de desenvolvimento que chega, têm-se conflitos socioambientais.

Para esse autor os conflitos ambientais vêm se transformando em conflitos socioambientais, pois “[...] a dimensão ambiental não pode ser separada da dimensão social e cultural”. Essa consideração contribui para afirmar toda uma relação de existência articulada com os elementos disponíveis no território, responsáveis pela manutenção da vida dos grupos sociais nas diferentes regiões do Brasil. Fica evidente que, esta forma de entender a relação com o território, coloca como desafio o modelo de ocupação empreendido pelos órgãos responsáveis pelos processos de titularização das comunidades quilombolas.

É importante se ressaltar que discutimos como conceito significativo para as comunidades quilombolas o conceito de territorialidade, se contrapondo à dimensão de apenas do acesso à terra. Neste sentido, o território é visto como uma dimensão territorial, social, política e cultural como elementos necessários à sua reprodução como comunidades quilombolas. Para Malcher (2017, p. 60)

A territorialidade quilombola transpõem a dimensão geométrica e constrói o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestada na luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomenclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidade dos povos e populações tradicionais.

Debate importante para compreender que as comunidades quilombolas reivindicam os lugares que demarcam a dimensão cultural e social, não apenas a demarcação de lotes específicos, que levem em consideração a dimensão coletiva de base racial.

Nesse sentido, Gomes (2012) é bastante enfática, apontando que ser negro é tornar-se negro e que o conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Dentre estas, poderíamos citar as inúmeras produções acadêmicas que versam sobre os problemas educacionais desta categoria, além dos relatórios resultantes dos encontros do movimento

negro - principal interlocutor para a execução da política pública em questão - que dão ênfase especial aos problemas da educação e, sobretudo, os depoimentos de militantes que historicamente combatem a discriminação racial em nossa sociedade, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral (SILVA; MEYJER E LIMA, 2015).

Dentro desta concepção que se começa a discutir a educação quilombola, como possibilidade de introduzir seus saberes e formas de viver, que se articulam com um legado africano. Portanto, as reflexões anteriores convidam os sistemas de ensino a repensarem a sua prática pedagógica, que coloca de frente o desafio de tornar amplamente conhecido, a necessidade de uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o universo africano, se aproximando dos conhecimentos produzidos pelas comunidades.

Desta forma, compreender a partir dos quilombos cearenses sua cosmovisão, aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos e suas relações com o Continente africano. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos cursos de graduação revela-se cada vez mais urgente a necessidade da promoção de espaços articuladores para essas reflexões, que possibilitariam a elaboração de saberes, pesquisas e transformações na prática docente, em relação ao debate das relações raciais brasileiras. Isso significa, como bem nos lembra Fanon (1997), romper com o estatuto colonial herdado com a escravidão, o extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes. Notadamente, esse modo de ver o mundo está impregnado no campo educacional, exatamente por se compartimentar a ciência em disciplinas isoladas em relação aos problemas da realidade. Neste sentido, a criação da UNILAB tem estreita relação com a História do Brasil, em especial a história afro-brasileira.

Trazendo para o campo da UNILAB, a dimensão quilombola a compromete a instituição, que por ter nascido da luta social antirracista, está comprometida com os ideais de justiça social, tão caros à população negra de nosso país. Dentre as muitas atribuições políticas e educacionais da UNILAB para com a construção de uma sociedade não racista e plural, está o debate dentro dos Cursos de Graduação destes parâmetros, no sentido de formar profissionais pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africanas e afro-brasileiras.

Assim, a educação no âmbito normativo, reforça estas preocupações. Tem-se a modificação da Lei e Diretrizes e Base (LDB) quando institui a história e a cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino público e privado. Assim como, é importante destacar algumas das orientações das Diretrizes Curriculares para a Educação das relações étnico-raciais, que indicam a necessidade de articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando a formação de professores para a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2004, p. 23). No caso da educação quilombola a legislação determina:

Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), introduzido pela Lei nº 10.639/2, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (BRASIL, 2003, p.9).

Em especial, se evidencia esta modalidade como parte da educação básica de acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação, de acordo com o parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Quilombola, que entre outras determinações aponta:

Inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica. E garante:

- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas (BRASIL, 2003, p. 15).

Indica-se, também, a inclusão da discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular de todos os cursos de licenciatura, como de processos de formação continuada de professores, inclusive docentes do ensino superior. Às universidades é atribuída a função de identificação de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e aprendizagens e a disponibilização de materiais e acervos relacionados à temática étnico-racial.

Elementos iniciais das comunidades quilombolas cearenses

No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado (DANTAS,2011, p.264).

Como sugere Calaça (2011) as comunidades quilombolas fazem parte de lutas pelo direito à terra e ao patrimônio cultural, e se encontram fora dos processos educativos na constituição do Ceará.

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro. Isto implica que a

comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática.

No campo da cultura verifica-se que em diferentes comunidades quilombolas, a partir de estudos apresentados (SILVA, 2018) a manutenção de conhecimentos tradicionais trazidos pelo viés da ancestralidade, em especial o uso de planta medicinais, pelas rezadeiras, benzedadeiras e parteiras, a exemplo de comunidades como Carcara no Cariri cearense ou em Caucaia na região metropolitana de Fortaleza, configurando-se tais elementos como marcadores da cultura negra.

A aproximação com essas comunidades permite dar visibilidade a esses conhecimentos locais, que diversas vezes são desvalorizados pela ciência moderna que expropria as vozes dos produtores do saber. Nesse contexto, acredita-se que a reafirmação dos saberes locais presentes, é uma forma de elevar os principais sujeitos que dão vida a narrativa do saber, além de valorizar o seu modo de vida e suas expectativas sobre o mundo. (MACIEL, SOUSA, LIMA, p. 63, 2016).

Em termos oficiais pode-se encontrar dados sobre as comunidades quilombolas no Ceará de um lado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza, desde 2009, o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses.

De outro lado, há também o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), que abriu espaço para a constituição do Grupo de trabalho quilombola, como possibilidade de discutir políticas públicas para a efetivação dos processos de certificação e da educação quilombola no Ceará. Dentro deste órgão pode-se registrar a ação do grupo de trabalho quilombola, que tem debatido a necessidade do estado do Ceará pautar a execução da educação quilombola, já que, segundo dados governamentais, se localiza apenas 05 escolas designadas pelo governo como quilombolas, num universo de mais de 70 comunidades quilombolas espalhados pelo estado.

Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas.

Já a Fundação Cultural Palmares, órgão do governo federal responsável pela emissão das certificações, tem nos seus registros 46 comunidades, destas todas são certificadas. Por outro lado, temos 5 territórios com decreto presidencial e nenhuma comunidade titularizada pelo governo federal, ou seja, de posse de sua terra e território ancestral.

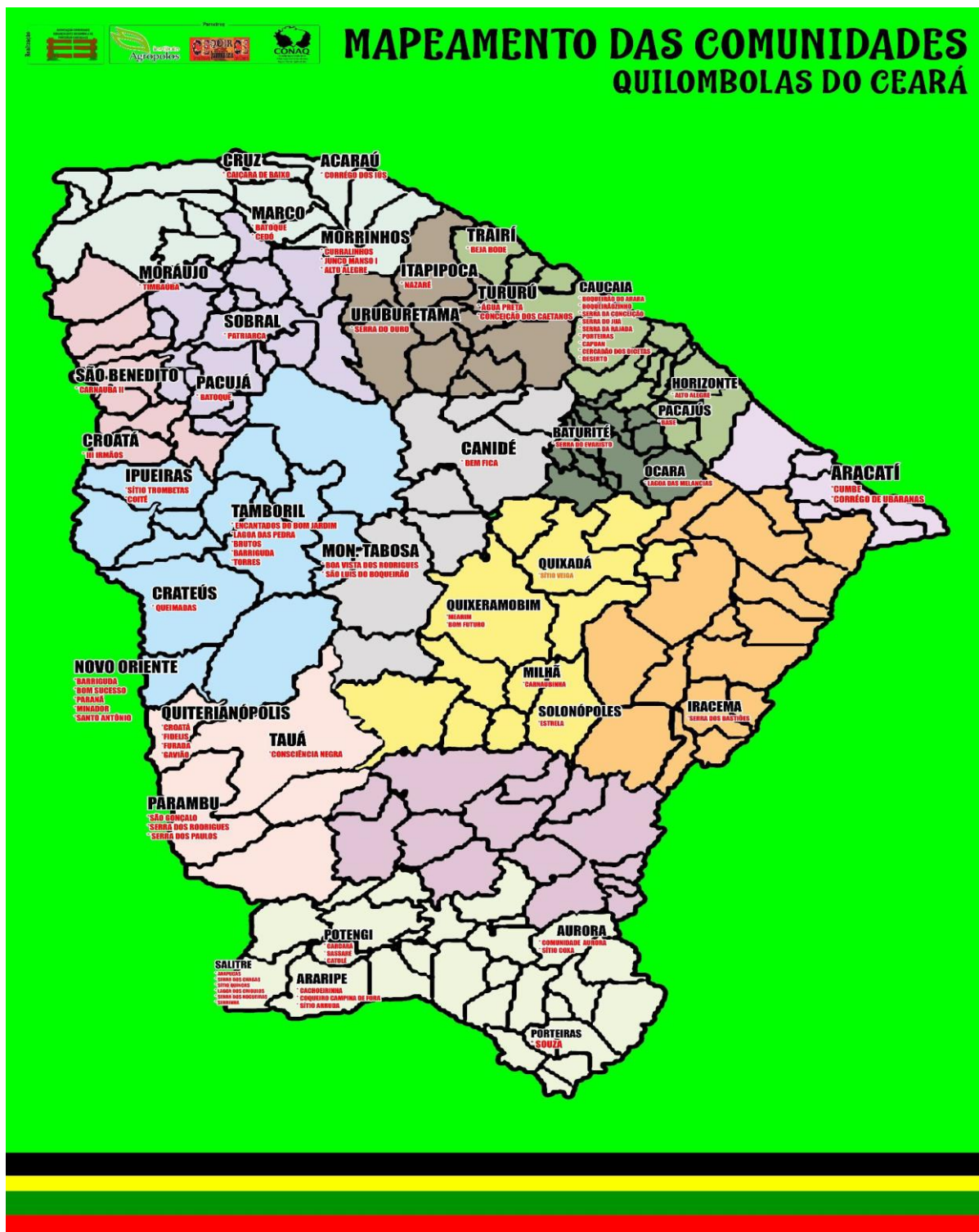
No estado do Ceará a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) tem sido a órgão institucional que realiza, desde 2009, mapeamento das comunidades quilombolas cearenses, além do desenvolvimento de projetos voltados para o desenvolvimento social para estas comunidades.

Tem-se ainda o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), sendo um órgão vinculado a estrutura do Gabinete do Governador do Estado do Ceará. Atua na coordenação de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, visando assegurar direitos da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Ciganos, Povos de Terreiro) afetados por discriminação étnica-racial e demais formas de intolerância, de modo articulado com os diversos setores das administrações públicas estadual

Em termos de política fundiária, por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Inkra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Em 2019 foram mapeadas 81 comunidades reconhecidas pela Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Ceará (**Cequirce**) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), conforme o mapeamento das comunidades quilombolas, como segue:

MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO CEARÁ



Fonte: Governo do Estado do Ceará (2019)

O relatório é um documento que pretende além de registrar as comunidades também objetiva indicar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento das comunidades quilombolas, como pode-se ler na apresentação:

Diante da necessidade de ampliar o direito que ainda encontra-se distante de alcançar as populações Quilombolas no Estado do Ceará com cobertura universal o movimento Quilombola do Estado do Ceará juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, a Associação Comunidade Remanescente Quilombola de Porteiras e o Instituto Agropolos do Ceará reúnem-se no presente conteúdo das páginas seguintes desenvolvendo o compromisso com as Comunidades Quilombolas do Ceará identificando todas as Comunidades e mapeando suas necessidades para que sejam implantadas políticas públicas que possam atender as necessidades aqui apresentadas.

Observa-se no mapa acima que as 46 Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará, com certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares, até esta data, estão distribuídas em 32 municípios, do total de 184 municípios cearenses.

No mapeamento apresentado pelo governo no estado do Ceará há uma predominância de comunidades quilombolas nas regiões dos sertões e norte. As comunidades quilombolas estão distribuídas nos territórios do Cariri, José de Alencar, Litoral Leste, Maciço de Baturité, Sertão Central, Inhamuns Cratéus, Sobral, Vales do Curu/Aracatiaçu e Vale do Jaguaribe. Dando destaque para os municípios de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza e Quiterianópolis nos Inhamuns, ambos com 5 comunidades certificadas.

Tem-se algumas comunidades em processo de titularização: Sítio Arruda, no município de Araripe, região do Cariri. Boqueirao de Araras, Caucaia e da comunidade de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, no município de Tamboril.

Temos apenas a Comunidade de Conceição dos Caetanos, em Tururu, que em 1998, deu entrada com o pedido junto a Palmares, ou seja, no século passado, sendo certificada em 2004. Isso demonstra a importância, do Movimento Quilombola do Ceará, com a criação da CEQUIRCE, para avançarmos no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, como demonstrado pelo registro da Palmares, até a criação da Comissão Estadual de Quilombos Rurais do Ceará, tínhamos apenas 2 comunidades com certidões. O que não quer dizer, que as comunidades não existissem e passassem a existir pós-criação do movimento. “Na história da formação socioeconômica do estado já encontramos a referência à existência de populações quilombolas em 1600 [...]” (CUNHA JR, 2011, p. 105).

A partir disto, como parte desse estudo buscamos acompanhar a mobilização das comunidades quilombolas, em especial a realização do 17º ENCONTRO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ, de 06 a 08 de outubro de 2017, que

aconteceu no Quilombo Sítio Veiga, no município de Quixadá, cujo a chamada principal foi “Caminhos para o quilombo: sujeitos de direitos, avanços e desafios”. O encontro contou com a participação de 44 comunidades do Ceará.

Evidenciou-se, neste encontro uma grande preocupação girou em torno de consolidar a luta quilombola do estado, de forma a consolidar a identidade quilombola. Outro debate foi em torno da educação quilombola e da morosidade do Estado na implantação desta política pública garantida pela legislação federal. Em especial, o acesso ao ensino superior onde o acesso a Unilab foi evidenciado. Para tanto, demandou-se a organização do movimento de modo a reivindicar este espaço nesta universidade e em outras de nível federal e estadual com ação afirmativa específica para os quilombolas.

Da mesma forma, a juventude quilombola trouxe como proposição a necessidade da criação de um coletivo de jovens dentro da Cerquice, de forma a discutir temas emergentes como gênero e diversidade, desembocando na realização de um encontro estadual que contribuam em ampliar esta participação.

Outro debate dentro do encontro foi o reforço de uma atuação política e organizativa das comunidades quilombolas, como um elemento fundamental para se fazer frente ao confronto contra os empreendimentos econômicos, que descaracterizam as comunidades tradicionais.

Assim, os processos organizativos das comunidades quilombolas cearenses é a estratégia fundamental para se fazer frente as dificuldades apontadas. Pois, é necessário fazer valer, em seus próprios termos, a regularização fundiária, que passa pelo processo de auto definição e a certificação da Fundação Palmares.

A partir disto, pressionar o INCRA, órgão responsável pela titulação do território quilombola. Após isso, a realização do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação - RTID, que borda informações gerais sobre as comunidades. Passada essa etapa é realizado um inventário das benfeitorias existente em cada terra, para num futuro próximo, cada proprietário ser indenizado, a preço de mercado. O governo federal compra as terras, mesmo contra a vontade dos proprietários, e passando a Associação Quilombola para uso coletivo das famílias que se auto definem como quilombolas.

A partir disto, se pode emitir a portaria de reconhecimento de território, que declara os limites definidos pelo RTID. Assim, se chegar ao processo mais complicado até este momento, o título de posse em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas de forma coletiva.

Considerações finais

O estudo já aponta algumas ações dadas pela mobilização quilombola, uma delas se refere a um conjunto de professores(as), que buscam fazer com que a UNILAB esteja compromissada por um lado, com as legislações brasileiras educacionais de caráter obrigatório. De outro, por aportes legais que versam sobre as Finalidades da Educação e dos objetivos relativos à formação descolonizadora e não racista na formação de educadores/as, bem como, por acesso de quilombolas e indígenas para o curso de graduação em pedagogia, edital lançado no final de 2017.

Considera-se que os processos organizativos das comunidades quilombolas cearenses é uma estratégia fundamental para se fazer frente as dificuldades encontradas para afirmação da identidade e defesa do território. Pois, é necessário fazer valer, em seus próprios termos, a regularização fundiária, que passa pelo processo de auto definição e a certificação da Fundação Palmares. Nesse contexto, acredita-se que a reafirmação dos saberes locais presentes, é uma forma de elevar os principais sujeitos que dão vida a narrativa do saber, além de valorizar o seu modo de vida e suas expectativas sobre o mundo.

As comunidades quilombolas ganham impulso nas últimas décadas do século XX, constituindo-se em uma ação coletiva diretamente ligada à exclusão social, econômica e política do povo negro na sociedade brasileira e em especial o negro rural, colocando-se como alternativa a sociedade hegemônica que criminalizam suas ações por todo país.

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro. Isto implica que a comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática.

Referências

- ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=ALBERTI%2C+V.%2C+FERNANDES%2C+TM.%2C+FERREIRA%2C+MM.+%28Orgs%29.+Hist%C3%B3ria+oral%3A+desafios+para+o+s%C3%A9culo&btnG=abr.2000. Acesso em: 14 abr. 2019.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Institui... *Diário Oficial da União (DUA)* de 10/01/2003. Disponível em: 14/04/2019
- BRASIL, MEC/SECAD. *Orientações e ações para a Educação das relações étnicorraciais*. Brasília: Secad, 2006.
- _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004.
- MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A lei no. 10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 11, p. 29-54, 2013.
- CALAÇA, Maria C.; DOMINGOS, Reginaldo; CUNHA JR., Henrique. Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. *In: CUNHA JUNIOR, H., SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- CUNHA, Ana Stela (Org.). *Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil*. São Luís, SETAGRAF, 2011.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. *In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
- CUNHA JUNIOR, H. SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DANTAS, Simone. Historiografar quilombos em regiões do Ceará. *In: CUNHA JUNIOR, H. SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GOMES, Nilma L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Ivan Costa. *História da educação do negro(a) no Brasil: pedagogia interéctica, uma ação de combate ao racismo*. Curitiba: Appris, 2017.

_____. *As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira*. 2009. Tese (Doutorado em em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MACIEL, SOUSA, LIMA. Comunidades tradicionais: saberes e sabores dos indígenas de Aratuba aos quilombolas de Baturité- CE. *Conexão, Ciência e Tecnologia*, Fortaleza/CE, v. 10, n. 3, p. 63 - 70, nov. 2016.

MAIA, Joseane. *Herança quilombola maranhense: história e estórias*. SP: Paulinas, 2012.

MALCHER, Maria A. Farias. Formação e territorialização quilombola no estado do Pará. *Revista da ABPN* • , v. 9, n. 23 • jul – out 2017, p.57-81.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada até a portaria nº 268/2017*, publicada no dou de 02/10/2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista da USP* - 28. Dossiê Povo Negro - 300 Anos, dez. – fev.,1995-1996.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. 2. ed. Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares; OR Editora, 2002.

NASCIMENTO, João L. J. *Processos educativos: a luta das mulheres pescadores/as do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental*. 2013. Dissertação (Doutorado em Educação ...) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde C. (Org.). *Memórias do baobá*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CEARÁ. Governo do Estado. *Mapeamento das Comunidades Quilombolas do Estado do Ceará*. Fortaleza: Governo do estado do Ceará, 2019.

RODRIGUES, Filie Pinheiro. *A mobilização quilombola no Ceará e os efeitos do processo de territorialização: do reconhecimento à implementação de políticas públicas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, UECE, 2016.

SILVA, Geranilde, LIMA, Ivan, MEIJER, Rebeca Alcântara. *Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no ambiente escolar*. Redenção (CE): UNILAB, 2015.

Quilombolas Territory in Ceara Dimention Sociology and Education

Abstract

The study investigates the quilombola territories in Ceará that are undergoing the process of certification, demarcation and titling in order to recognize their existence throughout the country. Policies that lead us to problematize the situation of the black population in the region, producing knowledge about the paths traced by quilombola communities and their relations with hegemonic society, education, culture and the challenge in their statements as traditional communities and peoples. It is intended to expand the ways in which quilombola life is articulated in the defense of its territory, ways of life as a subsidy to public policies aimed at this population, especially quilombola education. Therefore, to reach this knowledge methodologically we will use participant research and oral history to capture the dynamics used by these subjects, through the use of the audiovisual record of their participation inside and outside the communities. The theoretical framework uses sociological and anthropological bases such as Castells, Leite, Gohn, Nascimento and Munanga that situate the challenge of quilombola identity. We hope to build knowledge that contributes to giving visibility to the black population in this region, subsidizing the university and the broader society with the recognition of Ceará quilombola communities, their stories, memories, ways of acting and thinking about race relations within Brazilian education.

Keywords: Quilombola Territoriality; Traditional peoples; black people in Ceará; Quilombola school education.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais que me deram a vida, também aos meus amigos e conhecidos que de forma direta ou indireta contribuíram na minha formação acadêmica.

Agradecimentos

Agradeço a Deus todo poderoso pela vida que me ofereceu, também agradeço os meus familiares, principalmente a minha mãe Maria da Conceição Gomes Djú, Tio Domingos, Helena Gomes, Ritoza Lopes, Jivilson Gomes da Silva, Evilize Carine Có, Gil Fernandes Quintino da Silva Có e Donizete Có.

Meus agradecimentos aos meus amigos, que me motivaram chegar até este nível superior, como no caso de Iankuba Seide, pois agradeço a instituição UNILAB e todas as

peças que participaram na iniciativa da implementação do projeto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Por fim, é muito pertinente agradecer o meu orientador Prof. Dr: Ivan Costa Lima, pela vontade, paciência e o tempo que ele disponibilizou para corrigir e organizar o meu trabalho de conclusão de curso (TCC).

Obrigado a todos vocês que fizeram parte da minha vida.